

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

REQUERIMENTO Nº , DE 2015 **(Do Sr. Deputado Nelson Marchezan Júnior e outros)**

Requer realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, para tratar de assuntos relacionados ao serviço de telefonia fixa, móvel e internet no Brasil.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos arts. 50 e 58, II e III, da Constituição Federal e do art. 24, incisos III e IV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública, com a convocação de representante do Ministério Público Federal, a fim de prestar esclarecimentos sobre todas as sugestões de indiciamento recebidos das CPI's instauradas nas Assembleias Legislativas.

JUSTIFICATIVA

Solicito à Vossa Excelência a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, com a com a presença de representante do Ministério Público Federal, a fim de que possamos obter informações acerca de todas sugestões de indiciamentos recebidos das CPI's instauradas nas Assembleias Legislativas para apurar a deficiência e má prestação dos serviços de telefonia fixa, móvel e de internet no Brasil.

Isso porque é necessário buscar soluções efetivas para má prestação de serviços de telefonia, além disso, é notória a falha, da ANATEL, na fiscalização desses serviços e falta de adoção de medidas para a correção das irregularidades cometidas pelas operadoras.

É dever do Estado garantir a proteção efetiva dos direitos dos consumidores de todo país, para que as operadoras prestem um serviço adequado e contínuo aos seus usuários.

É fato notório que as empresas de telefonia vem expandindo seus serviços, mas a infraestrutura não cresceu na mesma proporção.

Nesse passo, a causa do péssimo serviço prestado pelas empresas de telefonia móvel é a venda indiscriminada de novas linhas sem que haja estrutura para atender com qualidade todos os usuários, as empresas venderam muito mais do que suas capacidades técnicas permitem.

Devido a esse déficit de infraestrutura, com consequente má prestação do serviço, recentemente, por conta da situação caótica e sem fiscalização face ao descaso, em Apuí, no interior do Amazonas, a população chegou ao extremo de atear fogo nas instalações da operadora VIVO.

Oportuno registrar que os indiciamentos sugeridos pelas CPI's instaladas nas Assembleias Legislativas podem fornecer importante subsídio de informações.

Diante do exposto, solicito a realização de uma audiência pública, no âmbito desta douta Comissão, para debater a má prestação do serviço de telefonia fixa, móvel e de internet no Brasil, juntamente com representante do Ministério Público, órgão responsável pelo recebimento de sugestões de indiciamentos oriundos das CPI's da telefonia móvel instauradas nas Assembleias Legislativas.

Sala da Comissão, de de 2015.

**NELSON MARCHEZAN JÚNIOR
PSDB/RS**

**MARCOS ROTTA
PMDB/AM**

**WELITON PRADO
PT/MG**